





**Obra publicada pela  
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Antonio Cesar G. Borges  
Vice-Reitor: Prof. Telmo Pagana  
Xavier

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Vitor Hugo Borba Manzke

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Manoel de Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Francisco Carlos Gomes Luzzardi

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Élio Paulo Zonta

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Volmar Geraldo da Silva Nunes

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

Prof. Dra. Isabel Porto Nogueira

Prof. Dr. José Justino Faleiros

Profa. Lígia Antunes Leivas

Profa. Dra. Neusa Mariza Leite Rodrigues Felix

Prof. Dr. Renato Luiz Mello Varoto

Prof. Ms. Valter Eliogabalos Azambuja

Prof. Dr. Volmar Geraldo Nunes

Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

*Diretor:* Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

*Vice-Diretor:* Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA**

*Coordenadora:*

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

*Membros do NDH:*

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

*Técnicos Administrativos:*

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

**HISTÓRIA EM REVISTA**

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

*Comissão Editorial:*

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

*Conselho Editorial:*

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temistocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

*Editora:*

Profª. Dra. Lorena Almeida Gill

*Editoração e Capa:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

**Editora e Gráfica Universitária**

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

**Impresso no Brasil**

*Edição: 2008*

ISSN – 1516-2095

*Tiragem: 300 exemplares*

**Dados de catalogação na fonte:**

Ayde Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.14, (dez. 2008). – Pelotas: Editora da UFPel, 2008.  
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Praça Coronel Pedro Osório (Pelotas/RS), do livro "Rio Grande do Sul: Imagens da Terra Gaúcha", de Morency do Couto e Silva, 1942 (Acervo da Biblioteca de Ciências Sociais da UFPel).

**Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE**

**UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

*e-mail:* ndh@ufpel.edu.br

## DOMINAÇÃO E CONSENTIMENTO NA OBRA “A AMÉRICA LATINA: MALES DE ORIGEM” DE MANOEL BOMFIM\*

Domination and Acquiescence in *A América Latina: Males de Origem* (Latin America: Origin Evils) by Manoel Bomfim

Celso Noboru Uemori<sup>1</sup>

---

**Resumo:** No livro *A América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim relacionou o “atraso” econômico e social do Brasil com a colonização portuguesa, em uma época em que o mais comum era explicar as nossas mazelas socioeconômicas pela ótica racial. A Metrópole, de acordo com o autor, comportou-se como parasita “sugando” a riqueza colonial. Bomfim serviu-se, ademais, da noção de parasitismo para explicar a formação da mentalidade conservadora dos brasileiros: da classe dominante, que resistia a qualquer mudança; dos escravos, que “aceitavam” pacificamente a dominação e dos que falavam em mudança, mas que eram “essencialmente” conservadores, inclusive os que se diziam revolucionários. Este será o assunto deste artigo.

**Palavras-chave:** Parasitismo. Dominação. Consentimento

---

A colônia é parasitada; mas, mesmo dentro da colônia, o parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se.

Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina”.

Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício.

Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*.

---

\* Este artigo é uma versão de um dos capítulos de minha tese de doutorado, intitulada “Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional”, defendida na PUC-SP, em 2006. A pesquisa teve apoio do CNPq.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais (PUC – SP). Professor das Faculdades Metropolitanas de Caieiras. E-mail: celsouemori@ig.com.br

## Introdução

A primeira epígrafe revela a relação entre parasitas e parasitados em dois planos. No externo, referia-se à relação de exploração e domínio das metrópoles sobre as colônias; no interno, a exploração e dominação de classe.

A relação entre parasitas e parasitados foi pensada preponderantemente sob a ótica da exploração econômica – monopólio ou “exclusivo mercantil” –, das metrópoles ibéricas sobre as colônias, no nível macro. Esse processo de exploração se transferiu para o mundo das micro-relações pessoais, relações essas baseadas no frio interesse material. A busca do lucro passou a ser a razão de ser dos senhores, dos padres, dos agentes do fisco, dos homens de negócios (BOMFIM, 1993, p. 131), todos movidos pela ambição de “sugar”, extorquindo uns aos outros, sendo a “vítima das vítimas” os escravos, corpo e alma da produção da riqueza colonial.

Nas sociedades coloniais ibero-americanas, o parasitismo social constituiu-se, de acordo com Manoel Bomfim, na estrutura que, do exterior, modelou as consciências, os sentimentos, os pensamentos e a imaginação das classes e dos grupos sociais, ou seja, dos senhores, dos funcionários públicos, dos homens livres pobres ou dos escravos.

Neste capítulo, abordaremos esse tema, que foi desenvolvido no livro *A América Latina*. Dividimos a exposição em dois momentos: no primeiro, a nossa preocupação será a de pensar as proposições do autor de *A América Latina* em relação às idéias e conceitos que foram elaborados por intelectuais europeus, na segunda metade do século XIX. No segundo, visamos apreender o que ele tomou emprestado, *como* ele operou esses conceitos com a finalidade de explicar os efeitos do parasitismo social sobre as classes dominantes e sobre os “oprimidos” das colônias latino-americanas.

## Conceitos e idéias estrangeiras

Os intérpretes do livro *A América Latina* frisaram a lucidez da análise de Bomfim sobre o conservadorismo da “classe dirigente” latino-americana e das conseqüências trágicas decorrentes desse comportamento em relação ao atraso econômico, político, social e cultural para o Brasil, no plano local, e para a América Latina, no contexto do Continente, frente às nações da Europa e dos Estados Unidos. O nosso propósito será o de compreender o seu raciocínio relacionando-o com os autores canônicos que ele conhecia e dos quais tomou emprestado certas noções caras às Ciências Naturais, à sociologia e à psicologia; conceitos que estiveram ligados a autores como Charles Darwin,

Ernest Haeckel, Th. Ribot e Gabriel Tarde. Referimo-nos à noções como *evolução, hereditariedade, instinto, adaptação e imitação e livre-arbitrio*.

### **Evolucionismo biológico, imitação e livre-arbitrio**

Darwin, não resta dúvida, constituiu-se no seu interlocutor privilegiado. Sua influência sobre o nosso autor foi impactante e duradoura. É por ele que começamos.

Na natureza os seres vivos, animais ou vegetais, estão em eterna luta pela sobrevivência. O fenômeno ocorre porque há incompatibilidade entre a tendência à multiplicação geométrica dos indivíduos relativamente à quantidade de alimento disponível. O desequilíbrio entre esses fatores gera a competição que, por sua vez, leva à morte dos menos aptos e, deste modo, alcança-se o equilíbrio, até que a multiplicação cria um novo desequilíbrio e aí se trava a luta, que provoca a eliminação de muitos indivíduos; assim garante-se a reprodução das espécies. Há outros fatores naturais funcionando como barreiras à multiplicação, como predadores naturais, o clima com seus ciclos periódicos de frio ou seca ou a vitória da espécie imigrante na competição com a nativa. A vida na natureza implica a eterna luta dos seres entre si e contra o meio. Os que se adaptam sobrevivem; os inaptos são extintos. A seleção natural – força cega, silenciosa e irresistível – “escolhe” ao acaso as variações úteis e elimina as nocivas. As variações favoráveis são transmitidas aos descendentes por meio do princípio da hereditariedade. É este o mecanismo que impulsiona as espécies a se reproduzirem em um esquema que nunca se encerra. Em consequência, escreveu o cientista inglês, “... as formas viventes são hoje diferentes do que foram outrora” (DARWIN, 2000, p. 87).

Conciliar a lei da hereditariedade e a teoria evolucionista constituiu-se em um problema para intelectuais como Ribot e Haeckel. A questão residia no seguinte: a hereditariedade conecta-se às noções de necessidade, conservação e estabilidade. O evolucionismo, por outro lado, é a teoria que afirma que os organismos vivos transformam-se continuamente e infinitamente. Se os indivíduos sofressem a ação somente da força hereditária, as formas viventes transmitiriam aos descendentes características fixas, sem modificações, logo, os dois princípios, num primeiro momento, seriam incompatíveis. Ribot pensou os seres vivos sob a ação da hereditariedade e da variação. A primeira sem a segunda significava a “conservação indefinida” (RIBOT, 1910, p. 267). Uma variação favorável morreria com o indivíduo. A conjugação de ambas tornava possível compatibilizar modificações morfológicas e psicológicas nas formas viventes, dentro da lógica da evolução e, também, a formação de um estoque

de modificações úteis que seria fixado nos indivíduos graças aos hábitos e na raça em função da hereditariedade.

Haeckel abordou o assunto, afirmando que há duas forças antagônicas atuando sobre os organismos: a *hereditariedade* e a *adaptação*. A primeira é a força centrípeta ou interna, que conserva. A segunda, centrífuga e externa, que engendra as infundáveis modificações nos organismos vivos sob a pressão do meio. O grau de imobilidade ou de variação das espécies animais e vegetais fica na dependência da ação de uma força ou de outra (HAECKEL, 1903, p. 185).

Todos os organismos, naturais ou sociais, passam por pequenas mudanças que se conservam, se acumulam e são transmitidas para as gerações posteriores. Deste modo, o princípio da hereditariedade esteve na base, tanto para Ribot quanto para Haeckel, – em termos psicológicos – de todas as formas de atividade mental: instintos, faculdades perceptivas, memória, hábitos, imaginação, capacidade artística e científica, sentimentos, paixões, caráter e desvios do comportamento como a loucura, alucinação, idiotia e suicídio; em termos sociais, esse princípio explicava a reprodução das castas, das classes, do poder soberano dos reis e do caráter nacional (Ibid, passim).

Nos autores estudados observa-se a intenção de emprestar das ciências naturais a linguagem, o seu prestígio, os seus princípios (evolução, seleção natural, hereditariedade, adaptação, instinto) e a autoridade científica que ela possuía no século XIX. Ao elaborar as análises recorrendo à analogia da vida das plantas e dos animais com a do comportamento dos seres humanos e suas instituições sociais e políticas, almejava-se encontrar uma lei geral que conferisse objetividade aos estudos.

A psicologia foi a disciplina privilegiada para dar conta de um fator explicativo bastante utilizado: a transmissão inconsciente das formas de pensar, sentir e agir. Ao recorrer ao mundo psíquico, esses textos transmitiam a idéia de forças incontroláveis atuando mecânica e soberanamente sobre a mentalidade individual e coletiva. Aí se explica a importância da noção de *instinto*, os inatos e os socialmente adquiridos, para esses estudiosos do comportamento e da evolução dos indivíduos e das espécies.

Darwin, cuja influência sobre os autores examinados foi intensa, aludiu à semelhança entre instinto e hábito, ambos inconscientes, modificáveis e sujeitos aos mecanismos da seleção natural e da hereditariedade. O instinto foi definido pelo cientista inglês como "uma memória inconsciente escrita fisicamente no cérebro" (DESMOND; MOORE, 1987, p. 98). Para Ribot, os instintos seriam comparáveis ao automatismo das máquinas e, seguindo

Darwin, afirmou que são modificáveis, transmissíveis e inconscientes, constituindo-se, em suma, em uma “segunda natureza” (RIBOT, 1903, p. 29).

Gabriel Tarde usou o conceito de *imitação* para explicar como ocorre a propagação e o compartilhamento de idéias, vontades, sentimentos, paixões, crenças, desejos entre os seres humanos imersos numa rede de microrrelações sociais. Todo ser social é essencialmente imitativo. Tudo que se associa à similitude, à repetição, à socialização dos indivíduos, que convivem no mesmo meio social, é produzido pela imitação, que foi considerada, então, como sinônimo de costume, moda, simpatia, obediência, instrução e educação” (TARDE, 1907, p. IX). A lei da imitação serviu ao autor para expressar o desejo político de ver formar-se progressivamente sobre a multiplicidade humana uma grande comunidade – “uma sociedade única” e sem conflitos bélicos.

Le Bon, tencionando combater os socialistas, referiu-se ao princípio da *imitação*, definido como mecanismo inconsciente, através do qual idéias e opiniões podiam propagar-se contagiando a “multidão”, termo que designava uma coletividade anônima, impessoal, irracional, instintiva que se distinguia do indivíduo; este era racional e existia como personalidade pessoal e consciente. As “perigosas” idéias socialistas, propalados pela liderança socialista, estavam ganhando a “multidão” – a massa humana “bárbara” que ameaçava a sociedade burguesa (LE BON, 1954).

O tema do livre arbítrio apareceu na obra desses autores, inclusive Manoel Bomfim, como depois se verá. O evolucionismo é a teoria da reprodução das espécies pela via da seleção natural, que escolhia os mais aptos ao acaso e não admitia, portanto, existência da “consciência”. De acordo com Darwin, “a consciência estava fora do controle da pessoa” (DESMOND; MOORE, 2000, p.288; RICHARDS, 1987). A hereditariedade, segundo Ribot, exerce o seu império sobre o caráter e a personalidade. Os sentimentos, a inteligência, os instintos são transmissíveis de pai para filho. Portanto, hereditariedade e liberdade são dois termos opostos e incompatíveis. O determinismo de Ribot e Darwin reapareceu na obra de Haeckel, para quem as leis da hereditariedade e da adaptação negam todo ato voluntário, que são na realidade resultantes de idéias preexistentes (HAECKEL, 1903, p. 174). Em Tarde o tema da liberdade humana está presente e, mais ou menos de acordo com os autores que o precederam, ele não acreditava que os seres humanos pudessem escolher livremente, pois os indivíduos existiam em relação uns aos outros e pouco sentido fazia separar o social do individual.

O que aproxima Manoel Bomfim de autores como Haeckel e Ribot é a crença no evolucionismo, a utilização de noções e da linguagem tomadas de

empréstimo das Ciências Naturais, a centralidade da psicologia em suas análises e a influência de Darwin. Do naturalista inglês, repetindo o que fizera Ribot, ele anotou a máxima "hereditariedade: eis a lei" como epígrafe de um dos capítulos do livro *A América Latina* (BOMFIM, 1993, p. 154). Bomfim e Ribot referiram-se ao filósofo Montaigne. O primeiro, no capítulo "Efeitos da hereditariedade e da educação" e o segundo em "L'hérédité des instincts". A alusão à lei da hereditariedade e a Montaigne tinha, para ambos, o objetivo de enfatizar a força do passado, da tradição (no caso do intelectual brasileiro), a sujeição do indivíduo ao meio e a transmissão de características de geração para geração, que dá a idéia de rotina e de imobilidade.

O objetivo de Bomfim consistia em realizar um estudo histórico-sociológico da realidade latino-americana, especialmente a brasileira. Para fazê-lo, serviu-se dos mesmos conceitos que podem ser encontrados nos autores acima mencionados. Interessa, neste momento, sublinhar o que tomou emprestado, como ele realizou a apropriação e com qual finalidade.

### **Um evolucionista perplexo diante da imutabilidade**

Atormentava Bomfim, no momento da elaboração do seu livro *A América Latina*, a ausência de mudanças sociais, políticas e econômicas nos anos que se seguiram à Abolição e à queda do Império. É que os organismos vivos, tanto os naturais quanto os sociais, obedecendo à lei da evolução e do progresso, deveriam mudar, deixando para trás as estruturas antigas e renovando-se constante e infinitamente. Como afirmavam o positivismo e as correntes evolucionistas, as instituições sociais e políticas deveriam passar pelo processo de superação de estágios.

A persistência de uma sociedade envelhecida, injusta e atrasada foi vista com perplexidade para um evolucionista. Tudo o que é vivo, chamou atenção Bomfim, tende a mudar, acrescentar formas novas, aperfeiçoar-se no sentido de progredir, não se excetuando as sociedades, as quais "sofrem uma evolução constante" (Ibid, p. 160), pois estão submetidas à lei da evolução. A rotina, a permanência, a conservação "[era] obra dos mortos" (Ibid, p. 162). É essa idéia que alimentou o pensamento e a ação dos intelectuais e políticos do final do século XIX, que se entregaram a tudo conhecer, examinar e a criticar; que acreditavam no progresso científico e material; na certeza de poder destruir a Monarquia, a escravidão e a subtração do monopólio da Igreja, instituições "fossilizadas" e vistas como responsáveis pelo atraso econômico, social, político e cultural do país. Essas correntes científicas tiveram um papel importante como instrumento de crítica e de ação política. Para uma geração

horrorizada com a realidade que observava, realidade essa ainda presa ao passado e que desejava avidamente mudanças, esses esquemas explicativos desempenharam um papel de largo alcance, pois estava implícita nessas teorias a inevitabilidade das transformações políticas e sociais.<sup>2</sup>

Quando Bomfim escreveu *A América Latina*, escravidão e monarquia haviam sido superadas. No entanto, ele e tantos outros intelectuais viveram e sentiram a frustração com a república, já que as mudanças institucionais não significaram a “redenção” do país, que a intelectualidade engajada nas lutas abolicionista e antimonarquista desejou. A modernização da estrutura da nação, a melhoria das condições de vida, a elevação do nível cultural, a efetiva participação política da população foram um projeto abortado. O que se via era a república sob a hegemonia da oligarquia, a escravidão que dera lugar a outras formas de dependência e exploração compulsória do trabalho, a população do campo vivendo esquecida pelos poderes públicos e as das grandes cidades, como as do Rio de Janeiro, sobrevivendo no “inferno social” (expressão de Alcindo Guanabara)<sup>3</sup>, sendo quase toda analfabeta e sem direitos políticos. A vontade de ver o país atualizado e incorporado ao conjunto dos países capitalistas e democráticos, isto é, Estados Unidos e Europa ocidental, desejo acalentado pela geração de intelectuais que pregavam reformas modernizadoras do Estado e da sociedade, nas três últimas décadas do século XIX, mostrou-se uma quimera.

É nessa atmosfera política e cultural, cuja característica marcante é o desalento, que Manoel Bomfim se debruçou sobre a história da América Latina com a intenção de revelar o porquê das mudanças institucionais não terem alterado a triste realidade dessas nações ainda presas ao passado. A questão para o autor em estudo consistia, então, no seguinte: como explicar, à luz da ciência, a resistência das classes dominantes ao progresso?

Para desvendar esse enigma o autor recorre à psicologia, à lei da hereditariedade e à autoridade científica de Th. Ribot. O seu argumento é o mesmo do autor de *L'hérédité psychologique*: o indivíduo ou a coletividade (um povo) herda dos antepassados características psíquicas, constituindo-se em um dos efeitos sociais do princípio da hereditariedade, que define a identidade ou caráter do indivíduo ou do povo. Ambos pareciam compartilhar a idéia de que no fluxo constante e infundável que constitui a vida há “alguma coisa de fixo” (Ribot Apud BOMFIM, 1993, p. 156-157): a identidade ou o caráter nacional.

---

<sup>2</sup> A respeito da importância e do alcance teórico e político do positivismo e de outras formas de evolucionismo, ver (FURTADO, 2001; SANTOS, 1978, p. 89; BARROS, 1986).

<sup>3</sup> Alusão à concentração popular nas habitações coletivas, “precárias, insalubres e superpovoadas”. (SEVCENKO, 1983, p. 55).

Diante desse tema, é possível captar a sintonia e a antinomia entre os dois. A similitude está no desejo de casar o princípio fundamental do evolucionismo – o movimento, a transformação – com a percepção de que existe algo imutável. Se Darwin explicou a origem, a existência e a reprodução das espécies, frisando a dinâmica das mudanças, Ribot e Bomfim colocaram o acento no que há de “fixo”, ou seja, no “caráter nacional”.

Para Ribot o caráter nacional era o princípio de onde derivavam todas as instituições, as crenças religiosas, a moral e as características psíquicas de um povo (1903, p. 120-121). Essa definição não diferia do que Gustave Le Bon denominou “alma de uma raça” – as características morais e intelectuais de um povo. Do amálgama de sentimentos, idéias, crenças e interesses formavam-se um conjunto harmônico chamado povo, que possuía uma “constituição mental tão fixa como a constituição anatômica” (LE BON, 1910, p. 15). A força da hereditariedade trabalhava silenciosamente, de forma persistente, criando uma “grande identidade e uma grande fixidez” (Ibid, p. 21). Para Le Bon e Ribot os conceitos de caráter nacional (para Le Bon, alma é sinônimo de caráter) e herança psicológica transmitiam a idéia de origem, de essência, de conservação, de permanência e de imutabilidade. Em Le Bon esse argumento fica bem claro; tentar alterar a ordem política e institucional era ação vã, pois tão-somente a superfície estaria sendo tocada, não a alma e esta persistia intacta. Haveria transformação quando “alma da raça” mudasse.

Bomfim compartilhou com os autores como Ribot, Haeckel, Le Bon, Tarde a crença na força da tradição, na herança do passado, no império do meio sobre a formação do caráter, tanto o individual quanto o coletivo, e também na inexistência de oposição entre consciência individual e sociedade. A citação abaixo esclarece o que tentamos expor:

*(...) um passado todo inteiro contribui para formá-la(sic!)[o espírito]. Mas não lhe é dado escolher as idéias que irão povoar o seu entendimento e provocar-lhe as faculdades; (...) Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação (BOMFIM, 1993, p. 157).*

Mas as semelhanças param por aí. Vejamos. No plano das antinomias entre Bomfim e Ribot, no tocante ao tema do caráter nacional, há uma diferença sutil: em Ribot o caráter nacional é uma entidade metafísica, um todo harmônico e a-histórico, resultante de leis psicológicas. Ele foi caracterizado, em suma, como uma essência, algo idêntico a si mesmo. Assim definido, parece-nos, prescinde-se da explicação quanto à sua origem histórica. As instituições políticas e sociais, os valores, as idéias e as crenças dominantes legitimam-se por si mesmos, pois são efeitos do caráter. Em consequência, a

relação entre governante e governados, a definição do bem e do mal, do certo e do errado obedeceriam à lógica determinista como as das leis das Ciências Naturais. Uma tal proposição teve implicações políticas conservadoras, pois lutar pela mudança do *status quo* seria o mesmo que desafiar ou pôr em dúvida as leis da Natureza. Por exemplo, Le Bon recorreu ao conceito de “alma”, para se referir ao caráter de um povo, tendo em vista legitimar a ordem burguesa, vista como sinônimo de civilização. As reivindicações socialistas estavam ameaçando a civilização; o ideal de igualdade, defendido pelos revolucionários, ia contra o princípio natural da desigualdade entre os homens. O autor de *Psicologia das multidões* recorreu ao conceito de caráter nacional para expor claramente a sua convicção anti-socialista e anti-revolucionária.

O caráter nacional, na visão de Bomfim, nada tem de metafísico. Resulta do parasitismo ibérico, o qual, de acordo com a sua explicação, originou-se dos conflitos econômicos e políticos a que a Península Ibérica assistira, cujos efeitos poderiam ser vistos nas colônias da América. Estamos, pois, no campo da história e não no terreno das Ciências Naturais. Ademais, ele viu a herança ibérica, ou seja, o legado do passado, com indignação. Estar ainda preso ao passado, à tradição era o mesmo que reproduzir a injustiça, a desigualdade, a violência e a exploração de classe. As nações ibéricas que emergiram do livro *A América Latina* não eram um todo harmônico e indiviso. Pelo contrário, elas nasceram e se desenvolveram marcadas pela presença das classes e grupos sociais, rigidamente hierarquizadas e cindidas por interesses materiais e por intermináveis conflitos. Se a tradição era, para um autor como Le Bon, a condição para existência da civilização, para Bomfim ela significava a barbárie. O passado não legitimava a situação presente, pelo contrário, consistia em algo a ser superado. Embora Bomfim tenha trabalhado com as mesmas categorias de autores canônicos europeus, delas se apropriou de uma forma pessoal, de acordo com as suas convicções políticas e de seu interesse, qual seja, a de analisar a realidade dos países latino-americanos, preponderantemente, tendo como parâmetro a história, a sociologia e a economia.

Ainda sobre as dessemelhanças, algumas palavras são necessárias a respeito da centralidade da psicologia como disciplina de análise na obra desses estudiosos, inclusive Bomfim. Aliás, isso demonstra o quanto ele estava conectado com o que havia de novidade no universo intelectual europeu. A sociologia, a psicologia e a psiquiatria revelavam a importância do emocional, do inconsciente e do irracional na modelagem dos comportamentos (CROOK, 1994, p. 67). Ao recorrer a essa disciplina, tornou-se possível pensar o desenrolar da vida humana a partir de um fator “interno”, o inconsciente. Recorria-se à psicologia para explicar as características psíquicas dos indivíduos

e dos povos. Os mecanismos inconscientes funcionavam como uma força interna irresistível, atuando paralelamente à razão. O cientista dispunha de material para sustentar a tese da fixidez do caráter da coletividade, seja chamado povo, raça ou nação. Uma tal proposição poderia servir a propósitos políticos conservadores. Como alterar as instituições, as idéias e valores dominantes se eles são resultados de forças que trabalham no inconsciente?

Ainda que tenha se servido da psicologia, sua análise casou esta disciplina com a história e a sociologia. O lugar do desenrolar da vida não era apenas no mundo psíquico. O palco era a história, lugar em que as ações aconteciam na arena política e na qual os interesses econômicos moviam os atores – tanto no âmbito da relação colonizador/colonizado quanto na esfera das relações de classes.

O alvo de Bomfim era a classe dominante, a quem dirigiu uma crítica contundente. O conservadorismo desta classe era de natureza psicológica, inconsciente, instintivo, "mais afetivo que intelectual" (BOMFIM, 1993, p. 159) e, por isso, mais difícil de ser superado. Graças aos mecanismos da adaptação, da imitação e da educação foi se formando, cristalizando-se e reproduzindo-se a consciência conservadora da chamada classe dirigente, traduzindo-se no apego à rotina, na aversão ao progresso e ao novo; bem como na atitude de ver qualquer sinal de mudança como ameaça ao seu poder e aos seus privilégios seculares.

Sua interpretação coloca o acento no que ele denominou classe dirigente e não em um coletivo abstrato – povo, nação ou raça. Aqui ele se afasta dos autores acima citados. Tomou emprestadas as categorias que na Europa serviram para alimentar argumentos conservadores, anti-socialistas, utilizando-as para formular uma crítica contundente à classe dominante latino-americana. É em virtude desse enfoque que muitos dos seus intérpretes aproximaram Manoel Bomfim do socialismo.<sup>4</sup>

### **"Escravos passivos da tradição e da rotina"**

A classe dominante tem consciência das mazelas que o analista lhe atribui? Seguindo a sua explicação, conclui-se que não, pois, conforme ele anotou, "todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina" (BOMFIM, 1993, p. 160) Essa afirmação está em desacordo com o evolucionismo. Essa teoria admitia que há uma força que

---

<sup>4</sup> Afirmação desse tipo pode ser encontrada em um estudioso como Antonio Candido (1990, p. 12).

domina a história e que impulsiona inexoravelmente as ações humanas em direção a estágios superiores, “tanto material quanto eticamente”.<sup>5</sup> Aí está a causa, como já foi dito, da perplexidade do intelectual que acreditava no evolucionismo. Como explicar o comportamento rotineiro da classe dirigente? O indivíduo ficou impotente sob o peso da força esmagadora do parasitismo ibérico. A sociologia e a psicologia explicavam como se forjaram o conservadorismo das classes dominantes, o “instinto social” agressivo, predador e mercantil e a resistência encarniçada ao progresso.

Essa visão fatalista é a confirmação da sua idéia sobre a inexistência de oposição entre sociedade e indivíduo. Bomfim aceitou a tese de Darwin, Ribot, Haeckel, Tarde sobre o império exercido pela hereditariedade e adaptação sobre a vontade individual. Concordou com esses autores quanto à noção de que a aparência de liberdade da consciência escondia toda a força da tradição, que não abdicava do direito que tinha sobre as pessoas. Em poucas palavras, o livre-arbítrio não existia.

Se a chamada classe dirigente não tinha consciência do que fazia, poderia ser responsabilizada pelo drama social e político por ele tão enfaticamente revelado? A pergunta sugere uma comparação com um político e intelectual que produziu uma crítica à realidade brasileira muito próxima do autor de *A América Latina*. Trata-se do abolicionista Joaquim Nabuco. Ambos construíram suas análises buscando os fundamentos econômicos e sociais por trás dos acontecimentos. Dedicaram-se a pesquisar as fontes dos “males de origem” de um país visto como “atrasado” frente às nações capitalistas desenvolvidas. Os dois revelaram a real condição dos trabalhadores – escravos e homens livres pobres –, reduzidos à máquina de produção e despojados de direitos sociais ou políticos. Dirigiram sua indignação contra o despotismo da classe dominante, que possuía privilégios injustificáveis. Observa-se nos textos de um e de outro a alusão à hipertrofia do Estado. Se o diagnóstico os aproxima, a causa os opõe. A escravidão, segundo Nabuco, gerou todos esses fatores. Para Bomfim, foi o parasitismo ibérico. Sobre o nosso assunto – a responsabilidade da classe dominante –, os dois parecem, mais uma vez, ter a mesma opinião. Vejamos.

O senhor foi o déspota, o algoz no trato com os seus escravos. Se assim se comportou, seus atos foram inconscientes, porque “a escravidão é que é má e obriga o senhor a sê-lo”, (NABUCO, 1976, p. 103; UEMORI, 2001) anotou Joaquim Nabuco. É a instituição servil que produz o mau

---

<sup>5</sup> Segundo Nicolau Sevcenko, era nisso que acreditava Euclides da Cunha; parece-nos legítimo estender a Bomfim a convicção do autor de *Os sertões*. Sobre Euclides da Cunha, ver (SEVCENKO, 1983, p. 133).

senhor; sempre foi assim em qualquer tempo e lugar onde existiu escravidão. Quando Bomfim afirmou que as elites dirigentes eram "escravos passivos da tradição e da rotina", não estava ratificando a opinião de Nabuco? A meu ver, na análise de ambos o que está influenciando o pensamento é uma certa concepção sociológica, segundo a qual há instâncias exteriores ao homem que o governam e determinam sua consciência. Para Nabuco era a escravidão e para Bomfim, o parasitismo ibérico. A imitação e a educação completaram a obra da hereditariedade e da adaptação, afirmou o último. Poderia ser imputada aos dois a seguinte afirmação: os membros da classe dominante foram educados para agirem como déspotas ou "parasitas sociais"; o tempo, o costume e os hábitos sociais cristalizaram comportamentos, sentimentos e "instintos". O indivíduo, dentro dessa linha de raciocínio, constituía-se em um epifenômeno da estrutura – a escravidão ou o parasitismo ibérico.

### **"Os escravos sem voz"**

Na obra *A América Latina*, o estigma, baseado na raça, lançado sobre o trabalhador nacional, considerado preguiçoso, improdutivo, sem inteligência, em contraposição ao imigrante, sinônimo de energia para o trabalho e racionalidade, recebeu do autor a mais severa crítica.

Bomfim sublinhou as razões histórico-sociológicas. O problema não era nem racial nem biológico, mas político. Esses homens viviam abandonados pelos poderes públicos, entregues à miséria material e cultural. Se os homens livres não queriam trabalhar, este fato se verificava porque quase todo o trabalho era feito pelo escravo, em decorrência, não havia lugar para o trabalhador livre. Ademais, a escravidão criou o preconceito contra o trabalho, visto como "coisa de negro".

Ao se afastar das interpretações baseadas nos pressupostos biológicos, que era voz corrente na sua época, Bomfim pôde revelar o quanto de irreal existia na idéia quase consensual sobre ausência de violência na relação entre senhor e escravo. "Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo" (BOMFIM, 1993, p. 133), ele afirmou. A frase chama a atenção do estudioso da história das idéias do período por causa do contraste. Ela questionava uma noção cara e muito difundida pela intelectualidade brasileira a respeito da "cordialidade" do brasileiro.

A opção pela perspectiva histórica-sociológica, a vontade de revelar as condições concretas em que vivia o homem pobre brasileiro, a corajosa iniciativa em desmistificar a idéia de harmonia de classes numa sociedade dividida entre senhores e escravos fez da obra de Bomfim um forte

contraponto ao pensamento conservador. Sua análise dispensou as hipóteses deterministas, sejam as de clima ou de raça, que foram instrumentos teóricos úteis para muitos intelectuais conservadores. No entanto, não será descabido afirmar que o nosso autor enveredou seu argumento por um viés determinista.

Diferenciando-se dos conservadores que viam no trabalhador nacional o “outro” a ser descartado pela sua incapacidade “inata” de se tornar produtivo e, portanto, inapto para ser incorporado à sociedade brasileira capitalista moderna e “civilizada” que se vislumbrava, Bomfim fez a opção política pela defesa das “classes desprotegidas” (LEITE, 1992). Sua estratégia argumentativa consistiu em recorrer à analogia com vida animal e sua fonte principal foi, mais uma vez, Darwin. O cientista inglês examinou o comportamento de algumas espécies animais que parasitavam outras, como as formigas que escravizavam pulgões ou outras formigas. Descreveu a mútua dependência instintiva entre parasitas e parasitados. Manoel Bomfim, visando dar ênfase à subordinação dos escravos em relação aos senhores, tomou emprestado das Ciências Naturais as conclusões sobre o comportamento dos animais e, assim, tentou frisar a dependência, a ausência de autonomia dos escravizados/parasitados em relação aos senhores/parasitas.

O colonizador educou o colonizado dentro do princípio do parasitismo. O resultado viu-se no surgimento de diversos parasitas sociais nas colônias. O escravo, reduzido à máquina de produção, foi disciplinado segundo a lógica do sistema, ficando sua educação reduzida ao açoitado e ao tronco. “Vítima das vítimas”, o escravo não tinha voz. Educado pelo senhor, aceitou inconsciente e passivamente a violência cotidiana que sofria. Bomfim relacionou uma coisa à outra: o comportamento dos escravos era idêntico aos dos animais que hospedam parasitas. O hospedeiro continua vivendo, embora penosamente, adaptando-se à nova situação. Sua existência está condicionada às exigências do parasita. Do mesmo modo, o índio e o africano, transformados em escravos, tiveram de ajustar-se à nova situação – a privação material, a violência e o trabalho forçado (BOMFIM, 1993, 126).

Aos “oprimidos” apresentavam-se duas opções: adaptem-se, como as formigas escravizadas se sujeitavam a existir para os parasitas, ou perecerem. A relação entre dominantes e dominados não comportava a consciência ou vontade individual. A imitação, a educação e a transmissão hereditária dos hábitos e costumes “naturalizaram”, num plano, o uso da força, da violência e da exploração. No outro, a obediência e a sujeição. O que parece mover a história não eram os homens, mas uma força invisível que, com as suas leis inexoráveis, traçava e conduzia com mão de ferro os destinos dos homens.

Sob este aspecto, à sociologia de Manoel Bomfim pode-se imputar o fatalismo e o determinismo.

Bomfim sublinhou, a respeito dos grupos dominados, o conformismo mais que o protesto e mencionou de passagem o suicídio dos escravos, para logo em seguida lembrar que “[eram] raríssimas as vinganças e as represálias” (Ibid, p, 238). A referência à reação contra a ordem estabelecida foi caracterizada apenas como o ódio de quem foi educado na violência e a reproduzia “instintivamente” e, assim, reagia às cegas por meio da violência porque a violência fazia parte dos costumes.

Outro efeito do parasitismo social via-se no fato de os parasitados colocaram-se a serviço dos dominantes e defenderem os interesses destes. Na natureza as formigas escravizadas sustentavam os parasitas, davam-lhes proteção, carregavam-nas quando precisavam migrar. Isso está no texto de Darwin. Nosso autor recorreu à observação do cientista inglês e traçou um paralelo com o comportamento das classes dominadas – índios, negros ou outros homens pobres – em relação aos seus dominadores – as metrópoles ou as classes dirigentes.

No livro *A América Latina*, Manoel Bomfim sublinhou a participação dos negros, índios, mestiços ao lado e em defesa dos dominantes, seja o colonizador, sejam as classes dominantes locais. A colaboração dos índios foi decisiva nas lutas dos portugueses contra franceses e holandeses em vários momentos. O autor destacou os esforços individuais de índios que se sacrificaram para salvar um capitão lusitano. O cerne da sua argumentação consistia no seguinte: o mais abnegado defensor do opressor eram as suas vítimas. Estas forneciam os capangas que se envolviam nas rixas dos chefes políticos locais e davam o voto a políticos que usufruíam do poder e, assim, mantinham privilégios. Eram ex-escravos os feitores que brandiam o chicote para forçarem outros a trabalhar. O que disse o autor merece algumas observações.

Em primeiro lugar, quero chamar a atenção para a maneira como Bomfim lidava com as suas fontes. Quando se refere à participação dos índios ao lado do colonizador lusitano, a sua fonte foi *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (1975), autor e obra pelos quais tinha grande apreço. Preocupado em reforçar a idéia de que a vítima sustentava o opressor, no caso o colonizador, Bomfim colocou o acento no fato de as populações indígenas terem ficado ao lado dos portugueses e contra os franceses e holandeses. A leitura da obra de Frei Vicente do Salvador e de outros cronistas da vida colonial revelam que os índios estiveram dos dois lados. Ele pinçou um aspecto que lhe interessava para fundamentar a sua tese e “esqueceu” o outro.

O consórcio entre índios, negros, mestiços, colonos que nasceram no Brasil e reinóis, quando das lutas contra os holandeses foi visto por vários intérpretes da história do Brasil como o momento inaugural do sentimento de nacionalidade. Varnhagen, de acordo com um de seus intérpretes, em meados do século XIX, deu origem a esse tipo de interpretação. Pela primeira vez foi possível construir um panteão de “heróis” nacionais representados por um negro (Henrique Dias) e por um índio (Felipe Camarão), ambos identificados com a causa do colonizador lusitano (WEHLING, 1999, p. 184). O historiador Oliveira Lima viu na conjunção dos elementos étnicos que se formara naquele momento “o despertar de sentimentos patrióticos apenas adormecidos” (2000) e louvou a abnegação, a lealdade e os “bons serviços prestados à metrópole portuguesa” (Ibid, p. 82). Para o também historiador Capistrano de Abreu (2000) estava em jogo o mercantilismo e o nacionalismo; Holanda *versus* Olinda. A vitória ficou com o “espírito nacional”. Na luta contra o estrangeiro estiveram representados todos os elementos étnicos. Assistiu-se às asperezas, aos interesses diversos que opunham os diversos elementos, às contendas inter-raciais darem lugar à convergência em nome de um objetivo comum: a expulsão do invasor; reinóis, negros, mestiços de vários matizes e índios se sentiram pertencendo à comunidade de brasileiros, como “povo”; era o esboço, ainda que de forma superficial, da nacionalidade.

Joaquim Nabuco (1976, p. 107), especulando a respeito de qual teria sido o destino da colônia portuguesa na América se, no século XVI, os portugueses tivessem tido “a intuição de que a escravidão é sempre um erro” e, em decorrência, não a tivessem instituído, referiu-se a essas possibilidades: o Brasil seria forte e sadio como o Canadá ou a Austrália, ou Portugal teria perdido sua colônia para os holandeses. O Brasil só não passou a ser holandês porque os escravos participaram como soldados ao lado dos portugueses.

Salta aos olhos o contraste entre o ponto de vista de Bomfim e os argumentos dos autores citados nos dois últimos parágrafos. Estar ao lado dos colonizadores lusitanos significou para Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano e, em certa medida, Joaquim Nabuco, comunhão de interesses e arestas raciais aparadas. A colaboração dos escravos foi encarada sob o ponto de vista do benefício, considerada um fator a impulsionar a construção da nação luso-brasileira. O historiador João Ribeiro (1964, p. 156) discordou da proposição desses autores, já que para ele “índios e brasileiros” estiveram do lado dos portugueses e dos holandeses. Mas a divergência mais acentuada veio do intelectual sergipano, para quem o consórcio entre índios e colonizadores constituiu-se em uma aberração; viu aí o oprimido colaborando com o opressor.

Porém, entre o ideal e o que a história lhe revelava havia um abismo. Isto o motivava a elaborar um diagnóstico frio, trágico dos atores políticos que atuaram no momento das independências. Ele os dividiu, a princípio, esquematicamente em dois grupos extremos: os realistas e os revolucionários. A seu ver, no entanto, esses dois partidos estavam divididos em diversos grupos, cada qual com suas características. Os extremos – os que queriam manter o estado das coisas e os que desejavam refazê-lo – existiam apenas na aparência. Havia os radicais (queriam de fato o rompimento com os males da colonização), os adiantados (seu radicalismo era pura retórica, pois de fato eram conciliadores), os liberais (defensores da liberdade, mas como há várias definições para este conceito, podiam estar contra ou a favor de muita gente), os moderados (entre cautelosos e neutros, de acordo com o momento e a necessidade), os conservadores (ora ao lado dos moderados, ora ao lado dos reacionários), os reacionários e os irredutíveis. De acordo com a sua tese não havia de fato projetos próprios e oposições políticas definidas. As nuances foram se confundindo e se viu a vitória dos moderados, os que ficaram de fora das lutas e apareceram apenas no final; por isso apresentaram-se vigorosos e aniquilaram os demais; a miragem dos extremos deu lugar ao “meio termo”, que no fundo significava a emancipação política das colônias, mas com a continuidade da mesma classe – a oligarquia – no poder. O caso brasileiro foi emblemático: a dinastia portuguesa preservou o poder posteriormente à Independência.

No livro *Brasil nação*, obra da maturidade, o autor voltou ao assunto e explicou porque os “males de origem” não foram superados em quatro momentos de “crise” da história política e institucional – Independência, Abdicação de D. Pedro I, Abolição e República. Em todos esses acontecimentos, os moderados dominaram e dirigiram o processo. A vontade de mudanças genuínas, “revolucionárias”, ao cabo, constituiu-se em projetos deturpados e vencidos. Essa reflexão sintonizava com idéias e propostas de intelectuais e políticos das últimas décadas do século XIX, autores de notáveis discursos em prol da Abolição e da República.

Machado de Assis acompanhou os debates e revelou o quanto de irrealismo havia nas idéias dos liberais abolicionistas e antimonarquistas. Percebeu que o regime do trabalho livre traria outras formas de trabalho compulsório e que as propostas dos republicanos eram pura retórica, sem inserção no seio do povo, que mal compreendia o que estava acontecendo. A oligarquia era sagaz, incorporava os discursos dos abolicionistas e sabia se antecipar às mudanças. O monopólio do poder continuou com ela.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Em relação ao advento da República e as mudanças que não se viram, ver Assis [s.d.],

É possível ver uma sintonia entre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e Manoel Bomfim. As idéias do romancista eram-lhe familiares. Em ambos a mesma noção segundo a qual os conservadores, percebendo a inevitabilidade da “revolução”, aderiam ao movimento, dirigiam-no e anulavam as intenções iniciais. Nos dois a mesma percepção a respeito da sorte dos “oprimidos”: a escravidão daria lugar a outras formas de trabalho compulsório. De acordo com Bomfim os ex-escravos, agora juridicamente livres, e os demais proletários continuaram “economicamente mais escravos do que nunca” (BOMFIM, 1996, p. 366). A República veio a ser “um regime da oligarquia” (Ibid, p. 390).

Se a política da conciliação mostrou-se útil apenas para a classe dominante perpetuar-se no poder, Bomfim sugeriu que uma revolução de fato pressupunha convicções fortes, embate ideológico, contradições de idéias e radicalismo na ação política. Esta afirmação se chocava com outro argumento do autor: as “revoluções” falharam porque a mentalidade dos protagonistas foi feita no interior do “regime condenado” (Ibid, p. 370). Então, como conciliar a primeira afirmação com esta? Como pensar em atores políticos conscientes da condição do país e do povo, ambos subjugados e explorados, convictos quanto à necessidade da mudança e dispostos a não ceder nem contemporizar com os conservadores se os chamados revolucionários foram feitos e educados no interior do mesmo sistema – o parasitismo social?

A resposta a esta questão pode ser encontrada no papel que ele atribuiu ao parasitismo social como força externa agindo sobre os indivíduos. Com efeito, os escravos, os homens livres pobres, conforme vimos atrás, aderiam de bom grado à causa dos seus opressores. Os inseridos nos órgãos estatais cumpriam seus papéis automaticamente garantindo o funcionamento da burocracia do Estado. Todos tinham em comum com a classe dirigente e com os revolucionários o fato de estarem submetidos à herança da tradição e da educação. Os revolucionários de ontem tornavam-se os conservadores assim que chegavam ao governo. Ai, controlavam os radicais e selavam o compromisso com a ordem, o bom senso e a ponderação.

---

especificamente os capítulos “Manhã de 15”, “Lendo Xenofonte”, “Pare no D”, “Tabuleta nova”, “Entre os filhos”. Sobre os proprietários que se apropriavam das idéias liberais e se antecipavam, alforriando e controlando o movimento, ver (Assis, 1985, p. 34-35). Sobre o tema relacionado à escravidão que se tornava uma forma de trabalho permanente, ver Faoro (2001, p. 356-361); Uemori, 2004.

## Conclusão

O parasitismo social moldou a consciência do indivíduo, seja a do escravo, seja a dos membros das classes dirigentes, seja a dos funcionários, seja a dos revolucionários. Depreende-se que existiam apenas nuances entre os diversos grupos sociais, mas na essência todos agiam inconsciente e mecanicamente dentro da engrenagem do sistema colonial. Os radicais, vigorosos na retórica, ao final, transigiam, pois que o "radicalismo" ocultava o conservadorismo. Não existia vontade, definida como desejo de examinar, escolher, deliberar e decidir, em quem foi educado para conservar. Se as coisas eram assim, como encontrar os agentes que poderiam ter rompido com o estado de coisas que ele enfaticamente revelou?

Essa visão desalentadora estava de acordo com a sua concepção filosófica de liberdade humana. Nesse sentido, afirmou: "o homem não é um ser objetivamente livre" (BOMFIM, 1993, p. 338-339). Os constrangimentos não vinham da classe social a que a pessoa pertencia, pois "o homem é produto da vida anterior e da vida ambiente" (Ibid, p. 338-339). Inexistia contradição entre indivíduo e sociedade, tal como dissera antes dele Darwin, Ribot, Tarde, cujas idéias eram bem conhecidos pelo autor de *A América Latina*.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. São Paulo: Publifolha, 2000.

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S A. s.d.

ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. São Paulo: Ática, 1985.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade da soberania nacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CANDIDO, Antonio. "Radicalismos". **Revista do Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo, 4(8): 4-18, Jan.- Abr. 1990.

CROOK, Paul. **Darwinism, war and history: the debate over the biology of**

war from *The origin of species* to the First World War. Cambridge: University Press, 1994.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies e seleção natural**. São Paulo: Hemus, 2000.

DESMOND, Adrian; MOORE, James. **Darwin: a vida de um evolucionista atormentado**. São Paulo: Geração Editorial, 2000, p. 277.

FAORO, Raymundo. **A pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.

FURTADO, Celso. "Confrontações ideológicas no Brasil", **Folha de S. Paulo**, São Paulo, A3, 31/12/2001.

HAECKEL, Ernest. **Histoire de la création des êtres organisés – d'après les lois naturelles**. Paris: Librairie C. Reinold Frères e C. Éditeurs, 1903.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia – Editores, 1954.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2000.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1992.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964, p. 156.

RIBOT, Th. **L'héredité psychologique**. Paris. Félix alcan Éditeur, Librairies et Guillaumin Réunies, 1910.

RICHARDS, Robert. J. **Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

SANTOS, Wanderlei Guilherme. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TARDE, Gabriel. **Les loi de l'imitation**: étude sociologique. Madrid: D. Jorro, 1907.

UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco**: lutas, propostas e diálogos (1879-1888). 2001. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação (Mestrado em História).

UEMORI, Celso Noboru. "Escravidão, nacionalidade e 'mestiços políticos'". **Lutas Sociais**, São Paulo, n.º 11/12, abr. 2004, p. 85- 97.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

---

**Abstract:** In *A América Latina: Males de Origem*, Manuel Bomfim associates Brazil's social and economic "underdevelopment" with Portuguese colonization, at a time when it was most common to explain Brazilian social and economic hardships from a racial perspective. According to Bomfim, Portugal (the Metropolis) acted as a parasite, "feeding on" the wealth of the colony. In addition, Bomfim draws upon the concept of parasitism to explain the formation of the conservative mentality of Brazilians, i.e., that of the dominant class, which was resistant to all changes; that of slaves, who "peacefully" accepted this domination; and that of those who spoke of changes but were conservative by nature, including those who called themselves "revolutionaries". This will be the subject of this article.

**Key words:** Parasitism. Domination. Acquiescence.

---

Celso Noboru Uemori  
e-mail: celsouemori@ig.com.br

Artigo recebido em agosto de 2008  
Aprovado em setembro de 2008